

TRIBUNA DA CIDADE

SALVIANO GUIMARÃES

Planejamento e desenvolvimento

No primeiro artigo que escrevi sobre este tema, procurei mostrar a necessidade de um planejamento regional, para a região do Distrito Federal, pois esta ultrapassa amplamente seus limites administrativos. O Brasil, depois de ter atingido no nível federal, um estágio relativamente avançado no processo de planejamento indicativo, que entretanto não evoluiu para um desenvolvimento do planejamento regional, integrado a esse processo de instituições ligadas ao planejamento, como e sobretudo de todos os estudos que caracterizaram nas décadas anteriores o processo de planejamento, iniciado verdadeiramente por Celso Furtado em 1963, com o Plano Trienal de Desenvolvimento.

Na época, vigoraram conceitos de origem pragmática, do tipo "planejamento é bobagem, pois a longo prazo estaremos todos mortos e só é possível enxergar-se 24 horas à frente", que determinaram o abandono desse processo de planejamento, que importantes serviços havia prestado ao País anteriormente. Nesse sentido, o DF mais do que nunca terá que se voltar para os estudos de planejamento regional, se quiser abandonar a postura de empirismo adotada até agora, e iniciar efetivamente a pesquisa e os estudos capazes de resultar num planejamento conseqüente, que promova a melhor utilização dos recursos disponíveis.

Terá também que mostrar uma competência política ímpar para demonstrar aos outros governadores dos estados vizinhos, as vantagens e as necessidades de um planejamento conjunto. Não quero aqui diminuir o trabalho realizado por muitos organismos, que têm trazido contribuição positiva na discussão sobre a industrialização do DF, como o CEBRAE, com seu projeto do pólo de gemologia e outras soluções

Vamos passar da palpitologia ao planejamento. O povo do DF precisa de mais empregos e consideração"

interessantes. Porém, caso esse esforço de diversas instituições fosse somado, num quadro de planejamento regional, me parece evidente que os resultados seriam muito melhores. As prioridades de investimento público, e de concessão de incentivos fiscais, estariam decorrendo de um cotejo entre diversas alternativas, segundo uma avaliação dos benefícios privados e sociais desses investimentos, e não de um palpite "bem bolado" de algum assessor.

Nesse sentido, a alocação da poupança pública e privada regional, o aporte de recursos de outras fontes, internas e externas, deverá se realizar segundo prioridades estabelecidas pelo processo de planejamento, a partir das indicações políticas dos governos interessados, estando sem dúvida a industrialização entre uma das principais prioridades. O estudo das alternativas regionais de industrialização, que melhores possibilidades encontraria de atrair o capital privado, sem necessidade de uma "briga suicida" entre estados vizinhos, que resulta sempre em maiores níveis de incentivo fiscais, e finalmente na pura e simples abdicação tributária em favor do capital privado, sem maiores benefícios para toda população, no mesmo nível de custos. Vamos passar da "palpitologia" para o planejamento, o povo do DF precisa de mais empregos e merece esta consideração.

■ **Salviano Guimarães** é deputado distrital pelo PDT

